

Descomplicando Políticas Sociais no Brasil

Capítulo 6

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: carga, regressividade e políticas públicas

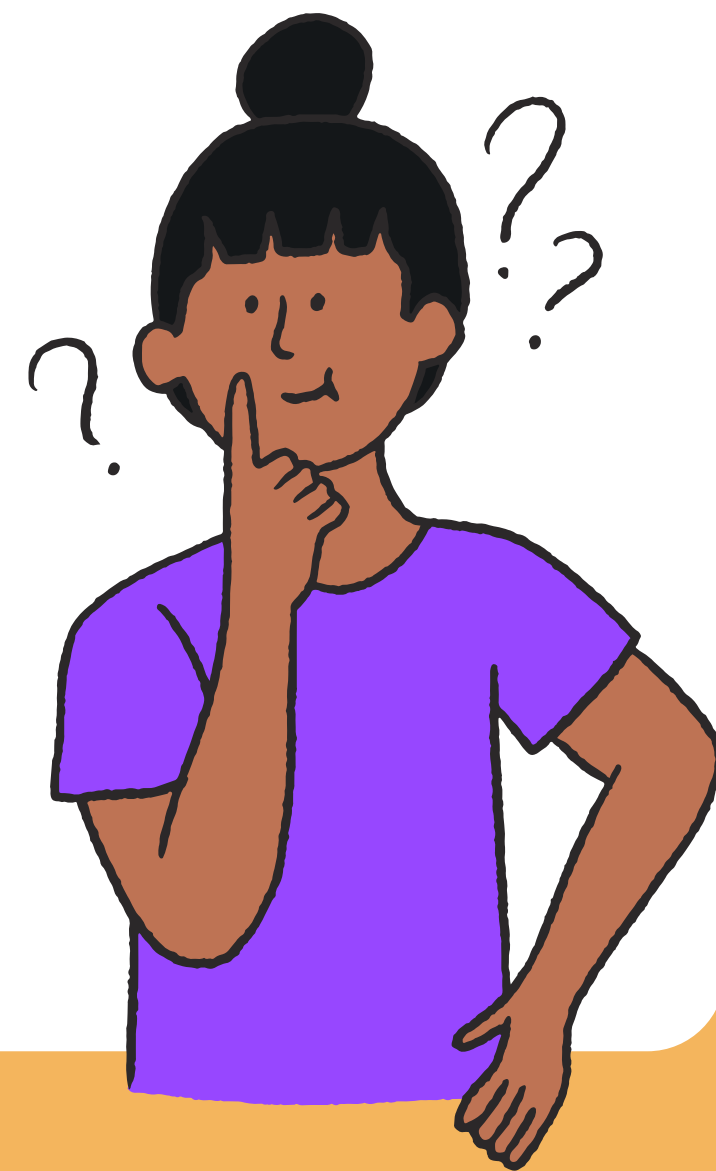


Sistema Tributário

O Estado **arrecada recursos** para financiar suas ações. O sistema de arrecadação, é chamado de

Sistema Tributário

Esse sistema define **as regras da arrecadação**, como será o recolhimento, como cada ente federativo poderá usar os recursos e até mesmo como será fiscalizado.



Tipos de tributos no Brasil

No Brasil existem cinco figuras tributárias (tipos de tributos) diferentes:

- Impostos.
- Contribuições sociais.
- Contribuições de melhoria.
- Taxas.
- Empréstimos compulsórios.



**Quem recebe e
para onde vai a
arrecadação?**





A arrecadação acontece de diferentes formas, assim como varia o ente federado que arrecada!

Exemplos:

Imposto de renda

É o imposto cobrado de acordo com a renda, pago uma vez por ano.

Quem recolhe e quem legisla é a **União**, também responsável pela arrecadação. Possui a mesma regra para todo o Brasil.

ICMS

É o imposto cobrado pelo comércio de mercadorias e por prestação de serviços, geralmente incluídos no valor da compra / serviço.

Essa arrecadação é feita pelos **Estados** e cada um deles têm sua própria regulamentação.



Com a destinação, algo parecido acontece!

Em alguns casos, os valores recolhidos fazem parte do orçamento fiscal, mas não possuem um destino previamente definido, como os **impostos federais, em que não há uma vinculação definida.**

Em outros casos, como as **contribuições sociais**, os recursos arrecadados são **voltados exclusivamente ao financiamento da seguridade social**, composta por Previdência, Saúde e Assistência Social.



O que é feito com os recursos arrecadados?



Recordando...



A República Federativa do Brasil é formada pela União, por estados e municípios. **Os serviços ofertados pelo Estado podem variar conforme o “ente” responsável.**

A educação infantil, por exemplo, é ofertada por municípios, enquanto a distribuição de vacinas é ofertada por estados.

Algumas ações são realizadas **diretamente** pelo Estado (como as vacinas), **indiretamente** por terceiros (como o PROUNI) e outra são **parciais** (como o Programa Minha Casa, Minha Vida).

Os tributos podem reduzir desigualdades?



Tributos e Desigualdades

O sistema tributário pode **contribuir para reduzir desigualdades**, sendo um instrumento de política comercial, macroeconômica e redistributiva.

Exemplo: aumento de alíquotas de impostos pagos pelas pessoas ricas.

No entanto...

... o sistema tributário, no Brasil, é **inversamente proporcional**, ou seja, **regressivo** em relação à renda e ao valor pago de impostos.

O que isso significa?

Proporcionalmente, os mais pobres pagam mais e os mais ricos pagam menos tributos!



Idealmente, o valor da contribuição de cada pessoa deveria ser **proporcional à sua renda**. Porém, não é dessa forma que acontece no Brasil.

O que explica isso? Vejamos!

1. Alta tributação sobre mercadorias e serviços

Saber o valor exato dos tributos pagos por mercadorias e serviços é complexo, pois muitas vezes a tributação ocorre em “efeito cascata”.

Veja o exemplo:

Para uma confeitaria produzir um bolo, ela precisa comprar ingredientes que já foram tributados desde quando eram matéria prima.



Porém, na hora que o produto final for vendido, ele também será tributado. Com isso, a tributação ocorreu **diversas vezes** em um mesmo produto.

E qual o problema?

O valor do tributo está embutido no preço final, que será o mesmo para qualquer cidadão, e todos pagarão o mesmo valor de tributos, independentemente de sua classe social ou sua renda.

E por que esse tipo de tributo tem tanta importância?

Mesmo sendo desproporcional, a tributação de bens e serviços é socialmente mais aceita. Mas, muitas vezes, as pessoas não sabem ao certo quanto estão pagando de tributos.

2. Tratamento privilegiado a rendimentos

Além da baixa tributação sobre a renda, há os privilégios fiscais concedidos aos mais ricos, como **deduções** e **isenções** sobre lucros e ganhos de capital.

Deduções: São valores com gastos específicos que você pode subtrair da sua renda antes de calcular o imposto.

👉 Resultado: você paga menos imposto.

Isenções: São rendimentos que não pagam imposto, mesmo que a pessoa ganhe muito.
Exemplo: lucros de empresas, dividendos ou venda de imóveis.

👉 Resultado: você não paga imposto nenhum.

Veja um exemplo prático

Cada cidadão pagaria 10% de impostos, referente à sua renda declarada.

Ana



- Ganhou R\$500,00 da venda de imóvel (isento de imposto)
- Recebe R\$1.000,00 de salário
- Paga R\$250,00 na mensalidade escolar de seu filho (descontados na declaração do IR)

Somente R\$750,00 serão tributados. Ela pagará R\$75,00 (5% de seus ganhos foram tributados)

Julia



- Recebe R\$600,00 de salário
- Seu filho estuda em escola pública

Os R\$600,00 serão tributados e ela pagará R\$60,00 (10% de sua renda)

Mateus



- Tem uma empresa e recebe R\$10.000,00 de salário por ela

*A lei diz que o valor do imposto não pode passar de R\$400,00 por pessoa

Ele pagará R\$400,00 (4% de sua renda)

O que o exemplo mostra?

Mesmo a realidade não sendo tão simples, é possível entender como a **regressividade** funciona com as leis atuais.

Comparando cada personagem, sua renda e quanto paga de impostos:

Julia –	600,00 – 10%
Ana –	1.500,00 – 5%
Mateus –	10.000,00 – 4%

A **proporcionalidade do pagamento de tributos** fica **inversa**, privilegiando aqueles com melhores condições.

3. Baixa tributação sobre o patrimônio

A tributação sobre patrimônio no Brasil é baixa e atualmente o único imposto previsto na CF/88 que não é aplicado é justamente o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), até hoje **não regulamentado**

4. Conversão de rendimentos de trabalho

A Lei nº 9.249/1995 determina que rendimentos obtidos por meio de lucros e dividendos sejam isentos para a pessoa física.

Se dois profissionais ganham o mesmo valor, mas um declara como lucro de empresa e o outro como salário com carteira assinada, só o segundo pagará pela tabela do Imposto de Renda.

O que tem sido feito para melhorar a regressividade?



As decisões passam pelo Poder Legislativo e envolvem disputas complexas.

Mudar a regressividade do sistema tributário brasileiro envolve interesses políticos, econômicos e sociais.

Várias iniciativas já procuraram alterar esta característica de regressividade do sistema tributário brasileiro, sem sucesso.

Portanto, é importante que todos entendam como o sistema funciona e como ele afeta a vida das pessoas.





Obrigado!

Informações bibliográficas

2023

Editora UFMG e Editora Fino Traço

Título

DESCOMPLICANDO POLÍTICAS
SOCIAIS NO BRASIL vol.1

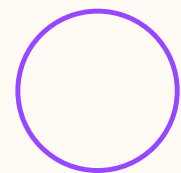
Organizadoras

NATÁLIA GUIMARÃES DUARTE SÁTYRO,
ELEONORA SCHETTINI M. CUNHA

Sinopse

“Ei! Psiu! Você tem noção do tanto que as políticas sociais fazem parte da sua vida? Siiiiimmm! Não acredita ou não sabe? Vem com a gente!”

Descomplicando políticas sociais no Brasil introduz o mundo das políticas sociais às pessoas **curiosas e interessadas**. São três livros que funcionam de maneira independente, mas se complementam.



Referência

LAZZARI, Eduardo Alves. Sistema Tributário Brasileiro: por que o orçamento público é fundamental para as políticas sociais? In: SÁTYRO, Natália; CUNHA, Eleonora (Org.). Descomplicando Políticas Sociais no Brasil: o que , por que, como, de quem, para quem? Belo Horizonte: Editora UFMG : Editora Fino Traço , 2023. p. 57-71.

